



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO-PI  
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
E PLANEJAMENTO**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 061/2023.**  
Processo Administrativo nº 001.0008253/2023

A Prefeitura Municipal de Floriano-PI, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Nº 435/2023 do dia 01 de fevereiro de 2023, torna público licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 061/2023**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 1115/2021, do Decreto Municipal nº 012/2020, Decreto Municipal nº 041/2022, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

- **ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** A Partir do dia 09/10/2023 às 13:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);
- **DO ENCERRAMENTO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** dia 20/10/2023 às 08:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** dia 20/10/2023 às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://portal.licitanet.com.br/> - LICITANET

**DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ORGÃOS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE FLORIANO-PI.**
- 1.2. **A LICITAÇÃO SERÁ REALIZADA EM 12 (DOZE) LOTES, SENDO QUE O LOTE I, III, V, VII E IX SERÁ ABERTO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO E O LOTE II, IV, VI, VIII, X, XI E XII SERÃO DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MPE'S - EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 1115/2021.**
- 1.3. **O OBJETO SERÁ ADQUIRIDO CONFORME AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, NÃO SE ESTABELECEM ANTECIPADAMENTE QUANTITATIVOS MÍNIMOS E NEM MÁXIMOS PARA AQUISIÇÃO.**
- 1.4. A licitação será realizada em **LOTE**, conforme tabela constante no termo de referência.
- 1.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 1.4 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria para o exercício de 2023.

**DO CREDENCIAMENTO**



- 1.5 O Credenciamento é o nível básico que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.6 O cadastro deverá ser feito no Portal: <https://portal.licitanet.com.br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.7 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este.
- 1.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.9 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 1.10 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que preencham as condições para habilitação.
- 1.10.1** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 1.11 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 1.12 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 1.12.1** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 1.12.2** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 1.12.3** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 1.12.4** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 1.12.5** que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se, no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;
- 1.12.6** entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 1.12.7** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 1.13 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 1.13.1** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 1.13.2** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 1.13.3** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está



em conformidade com as exigências editalícias;

**1.13.4** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**1.13.5** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.14 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1.15 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

1.16 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

1.17 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Cadastro de Fornecedores-CAFOR, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

1.18 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

1.19 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

1.20 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

1.21 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

1.22 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

1.23 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**1.23.1** Valor total do lote;

1.24 O valor proposto vincula a Contratada.

1.25 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, apurados mediante análise da descrição detalhada da proposta, contendo as informações similares à



especificação das Planilhas do Projeto Básico.

1.26 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.27 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

1.28 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**1.28.1** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a abertura de processo administrativo para apuração das irregularidades.

## **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

1.29 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.30 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**1.30.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**1.30.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**1.30.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

1.31 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

1.32 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

1.33 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**1.33.1 O lance deverá ser ofertado pelo MENOR PREÇO POR LOTE.**

1.34 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.35 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.36 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de menos 50,00 (cinquenta reais).

1.23 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto/fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

1.24 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, inicia-se o período aleatório de até 10 (dez) minutos, com fechamento iminente dos lances.

1.25 Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa aqueles com valores até 10% superiores a essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.

1.26 Não havendo no mínimo três ofertas, nas condições a cima, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de três, para ofertarem lance final e fechado. Ou seja, chamam-se mais três, se houver.



- 1.27 O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 (cinco) minutos após a convocação.
- 1.28 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.29 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeirapersistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.30 O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 1.31 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.32 Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Municipal nº 1115/2021.
- 1.33 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 1.34 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 1.35 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.36 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.37 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
  - 1.37.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
    - 1.37.1.1 por empresas brasileiras;
    - 1.37.1.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
    - 1.37.1.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 1.38 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 1.39 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
  - 1.39.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 1.39.2 A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.40 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

1.42 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 012/2020.

1.43 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que restar superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

1.43.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

1.44 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

1.45 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

1.46 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

1.46.1 É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.46.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destaca-se a Planilha de Custos e Formação de Preços, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. -

1.47 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

1.48 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

1.49 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

1.49.1 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

1.49.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

1.50 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## DA HABILITAÇÃO



1.51 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1.51.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

1.51.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.51.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.51.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.51.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

1.51.3 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

1.51.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

1.52 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada quanto aos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

1.52.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAFOR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

1.52.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 50, §3º, da Lei Municipal nº 1115/2021.

1.53 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

1.54 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



- 1.55 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 1.56 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 1.56.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 1.57 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **1.58 Habilitação jurídica:**

- 1.58.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.58.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.58.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.58.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.58.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 1.58.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **1.59 Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 1.59.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 1.59.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.
- 1.59.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.59.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.59.5 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, mediante apresentação de certidões negativas e da dívida ativa do município, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.59.6 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **1.60 Qualificação Econômico-Financeira.**

- 1.60.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 1.60.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;





(2021-2022), já exigíveis apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

1.60.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.60.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10 (dez) por cento do valor estimado da contratação.

## 1.61 Qualificação Técnica

**1.61.1 Atestado(s) de capacidade técnica emitido pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a Licitante executou serviços “compatíveis” com o objeto deste Pregão.**

**1.61.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.**

**1.61.3 Declaração de inexistência de vínculo com secretarias, órgãos e fundos do Município de Floriano-PI devidamente assinado.**

**1.61.4 Certificado de boa pratica ambientais, selo FSC - Forest Stewardship Council, em vigência;**

1.61.5 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

1.61.6 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação

1.61.7 Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

1.61.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

1.61.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

1.61.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no mínimo 02 (duas) horas



e no máximo de 24 horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, e deverá:

- 1.86.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 1.86.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 1.87 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 1.87.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 1.88 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
  - 1.88.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 1.89 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 1.90 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **DOS RECURSOS**

- 1.91 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 1.92 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 1.92.1 Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 1.92.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 1.92.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 1.93 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.94 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 1.95 A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 1.95.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 1.95.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante



declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

1.96 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

1.96.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

1.97 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

1.98 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

1.99 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus Anexos, obriga-se, ainda, a licitante a:

1.100 Providenciar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e entregar na Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí, a Garantia de Execução do Contrato, correspondente a 5% (cinco) por cento, do seu valor global vencedor, com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do Contrato, numa das seguintes modalidades:

1.100.1 Caução em dinheiro, efetuada em conta de caução, vinculada a Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí em conta a ser designada pela Administração.

1.100.2 Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos-CETIP, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais-SELIC. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores imobiliários e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada;

1.100.3 Fiança bancária conforme Carta de Fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme determinação do Art. 129 da Lei nº 6.015/73, acompanhada das cópias autenticadas: do Estatuto Social do banco, da Assembleia que elegeu a última Diretoria do banco, do Instrumento de Procuração, em se tratando de procurador do banco, do Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da Carta de Fiança,

1.100.4 Seguro-garantia: entrega da Apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo a Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí a única beneficiária do seguro:

1.100.4.1 Via original da Apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida Apólice com Certificação digital;

1.100.4.2 O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender ao disposto na CIRCULAR SUSEP Nº 662, DE 11/04/2022;

1.100.4.3 O seguro-garantia deverá ser livre de franquia;

1.100.4.4 Na Apólice retro mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes



informações:

1.100.4.5 Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

1.100.4.6 Objeto a ser contratado, conforme especificado neste Edital;

1.100.4.7 Nome da SEGURADA (Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí e o respectivo número do CNPJ(MF);

1.100.4.8 Nome do emitente (SEGURADORA) e relativo número do CNPJ(MF);

1.100.4.9 Nome da CONTRATADA (TOMADORA da Apólice) e número do CNPJ(MF).

- 1.101 As Apólices de Seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o MUNICÍPIO DE FLORIANO-PIAÚÍ como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.
- 1.102 Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, *pro rata dia* pela fórmula estabelecida na referida MINUTA DO CONTRATO anexa a este Edital, atualizada a partir da data de recolhimento à Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí.
- 1.103 Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a licitante contratada tenha cumprido todas as obrigações contratuais.
- 1.104 A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do Contrato, que somente será assim considerado quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.
- 1.105 A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato.
- 1.106 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias, decorrentes da contratação, não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do Contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pela Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí.
- 1.107 A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Floriano-Piauí, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.
- 1.108 Na Carta de Fiança Bancária, deverá constar no instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.
- 1.109 A garantia prestada por Fiança Bancária ou Seguro-Garantia, deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 13.1 deste Edital, devidamente atualizada.
- 1.110 É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de Fiança Bancária ou Seguro-Garantia.
- 1.111 A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.
- 1.112 Apresentar o Termo de Compromisso relativo à Garantia Caucionária.
- 1.113 A adjudicatária terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, após formalmente convidada, para assinar o Contrato, que obedecerá a MINUTA DO CONTRATO anexa a este Edital.
- 1.114 É facultado à PMF-PI quando a licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e demais anexos ou não apresentar a garantia de execução do Contrato ou não assinar o Contrato ou não aceitar



o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:

- 1.114.1 Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e neste Edital.
- 1.114.2 Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

## **DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 1.115 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, observado o fato de que o presente procedimento não obrigará a Administração a realizar sua contratação no todo ou em parte, visto se tratar de registro de preços, cuja execução só ocorrerá mediante autorização financeira e orçamentária.
- 1.116 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 1.117 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 1.117.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 1.117.2 a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - 1.117.3 a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 1.118 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2023, podendo ter prazo adicional de 12 meses, conforme previsão no Art. 57, da Lei 8.666/93, estabelecido no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 1.119 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 1.120 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

- 1.121 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na legislação aplicável.

## **DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 1.122 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 1.123 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **DO PAGAMENTO**



1.124 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 1.125 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 1.125.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 1.125.2 apresentar documentação falsa;
  - 1.125.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 1.125.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 1.125.5 No manter a proposta;
  - 1.125.6 Cometer fraude fiscal;
  - 1.125.7 Comportar-se de modo inidôneo;
- 1.126 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 1.127 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 1.127.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 1.127.2 Multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 1.127.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 1.127.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no CAFOR, pelo prazo de até cinco anos;
- 1.128 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 1.129 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 1.130 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 1.131 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 1.132 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para



apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- 1.133 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Floriano/PI poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 1.134 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 1.135 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 1.136 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CAFOR.
- 1.137 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

#### **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 1.138 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 1.139 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 1.140 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

#### **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 1.141 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 1.142 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@floriano.pi.gov.br](mailto:cpl@floriano.pi.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Marques da Rocha, 1160, centro, Floriano/PI.
- 1.143 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 1.144 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 1.145 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital ou protocolado no setor competente.
- 1.146 A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 1.147 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 1.147.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 1.148 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a



administração.

## **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.149 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 1.150 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 1.151 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 1.152 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 1.153 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 1.154 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.155 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.156 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 1.157 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 1.158 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 1.159 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.floriano.pi.gov.br](http://www.floriano.pi.gov.br), TCE/PI: [www.tce.pi.gov.br](http://www.tce.pi.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala da Comissão de Licitação nos dias úteis, no horário da 7:30 às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 1.160 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 1.160.1 ANEXO I – Termo de Referência
  - 1.160.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
  - 1.160.3 ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preço

Floriano- PI, 05 de outubro de 2023.

Renata Saraiva de Sousa Sinimbu

**Secretária Municipal de Administração e**

**Planejamento**





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

- 1.1 Determinar as especificações básicas para a realização de licitação, para contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais gráficos, a fim de atender as necessidades das Secretarias, Órgãos e Fundos do município de Floriano-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital

#### 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 Se faz necessário, a futura aquisição dos materiais gráficos necessários a produção de materiais de comunicação visual e impressos diversos, utilizados na divulgação de eventos, projetos institucionais, bem como na produção de chartilhas, folders, cadernetas etc. Visando atender os interesses e as necessidades recorrentes das Secretarias, Fundos e órgãos do Município de Floriano – PI
- 2.2 A Confecção de Material Gráfico, justifica-se pela necessidade de manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiro nos setores, para manter os serviços públicos em níveis aceitáveis. Considerando ainda o atendimento as necessidades de outras Secretarias vinculadas que estão sob responsabilidade da prefeitura.

#### 3 DOS PRÉ-REQUISITOS TÉCNICOS PARA FORNECIMENTO

- 3.1 Os materiais, objeto desta licitação, deve ser executado (sem ônus de entrega), de acordo com as solicitações das Secretarias requisitantes, devendo ser entregue no endereço indicado pelas mesmas.
- 3.2 Efetuar o fornecimento dos materiais no PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS, contados do envio da AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO OU FORNECIMENTO.
- 3.3 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- 3.4 Substituir, reparar ou repor no todo ou em parte dele considerada FORA DO PRAZO, defeituoso, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a apresentar defeitos ou ainda que tenha sido danificado NO TRANSPORTE OU DURANTE O MANUSEIO LOGISTICO.
- 3.5 Promover a entrega dos serviços no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, SOB PENA DE RESCISÃO CONTRATUAL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DOS PRAZOS E CONDIÇÕES FIXADAS NESSE ETP ou no CONTRATO.
- 3.6 Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.
- 3.7 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer defeito ou mau funcionamento do sistema ou de alguma ferramenta ligada ao sistema, conforme cada caso.



- 3.8 Correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta da CONTRATADA.

#### 4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 O objeto deste Termo de Referência enquadra-se no conceito de bem comum, para fins de contratação por meio de registro de preços, consoante exigido no Art. 15, II da Lei nº 8.666/93, considerando que os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 4.2 O uso do Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade de aquisições frequentes e pelas vantagens oferecidas pelo sistema de registro de preços para aquisição de bens e serviços comuns, conforme disposto na Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Federal 8.666/1993, Lei Municipal de Floriano-PI nº 1.115/2021 e Decreto Municipal nº 040/2021, 041/2022.

**“§ 2º: Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.**

#### 5 DO FORNECIMENTO DO OBJETO

- 5.1 O objeto desta licitação será fornecido parceladamente até que seja atingida a quantidade total adquirida e somente mediante a apresentação de autorização, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado.
- 5.2 Os produtos serão entregues pela contratada no almoxarifado da Secretaria requisitante, obrigatoriamente das 08:00 às 13:30;
- 5.3 **Os produtos serão fornecidos conforme a necessidade pela contratada, devendo estes ser entregues até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio ou apresentação da Autorização de Fornecimento e respectiva Nota de Empenho;**
- 5.4 O fornecimento somente poderá ser realizado mediante apresentação da Autorização de Fornecimento e respectiva Nota de Empenho, emitido pela autoridade superior ou responsável por ele designado, nos termos da Lei;
- 5.5 Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher comprovante de entrega contendo data, o nome, o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável designado na respectiva requisição de fornecimento;
- 5.6 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos fornecidos, bem como, efetuar a substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93;
- 5.7 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes ao efetivo fornecimento do objeto ao preço cotado na proposta da CONTRATADA.
- 5.8 Os FORNECIMENTOS deverão ser executados de acordo com as necessidades do poder municipal requisitante.
- 5.9 A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da Secretaria Municipal requisitante, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Fornecimento ou ainda por Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e Contrato.
- 5.10 A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado, no prazo previsto no Termo de Referência do Edital, a partir da retirada/recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.



- 5.11 O objeto desta licitação poderá ser recebido provisoriamente, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.
- 5.12 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- 5.12.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.12.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.12.3 Outro prazo poderá ser acordado, desde que não acarrete prejuízos para a Administração.
- 5.13 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.
- 5.14 Os preços registrados não obrigam a Administração a adquirir os materiais, não existindo direito adquirido quanto ao fornecimento do objeto licitado.**
- 5.15 Caso a licitante contratada não efetue o fornecimento dos materiais no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da emissão da Autorização de Fornecimento e respectiva Nota de Empenho, emitidas pelo setor competente, fica caracterizada o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando a contratada ao cancelamento dos preços registrados, rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

## **6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste Procedimento Licitatório bem como das obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratada:
- 6.1.1 Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;
- 6.1.2 Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
- 6.1.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93, com suas alterações;
- 6.1.4 Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga, etc.;
- 6.1.5 Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;
- 6.1.6 A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93;
- 6.1.7 A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos fornecidos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto fornecido fora das especificações constantes da proposta apresentada;
- 6.1.8 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento dos produtos, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;
- 6.1.9 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 6.1.10 Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;



- 6.1.11 Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
- 6.1.12 Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
- 6.1.13 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- 6.1.14 Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;
- 6.1.15 Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido no art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- 6.1.16 Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);
- 6.1.17 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 6.1.18 Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;
- 6.1.19 Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;
- 6.1.20 Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 6.1.21 Empregar mão-de-obra especializada, trabalhadores e produtos em quantidades suficientes para atender as demandas da contratante;
- 6.1.22 Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes do fornecimento do objeto.
  - 6.1.22.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, QUANDO FOR O CASO.

## **7 OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

- 7.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratante:
  - 7.1.1 Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
  - 7.1.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
  - 7.1.3 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
  - 7.1.4 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos produtos fornecidos, para imediata substituição;
  - 7.1.5 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

## **8 DA UNIDADE FISCALIZADORA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**



- 8.1 Será designado pela Administração o Fiscal/Gestor do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.1.1 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal/Gestor do contrato deverão ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- 8.1.2 O recebimento dos serviços ficará a cargo da unidade requisitante, através do Gestor/Fiscal do contrato ou servidor por ele designado, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cujo recebimento ocorrerá no local e hora determinado pela unidade requisitante, da seguinte forma, de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2 Consideram-se aceitos e aprovados os fornecimentos que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório e da entrega da Fatura/Nota Fiscal, que não sejam contestados pela CONTRATANTE, após a emissão da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho. Firmado pela autoridade responsável.
- 8.3 Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e qualidade os serviços fornecidos, a CONTRATADA será notificada pelo Gestor/Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

## **9 DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

- 9.1 Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei 8.666/93, após a celebração da Ata de Registro de preços poderá ser formalizado Contrato que contará, necessariamente, com as condições especificadas no Edital ou sua substituição por instrumentos similares, conforma faculta o Art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 9.1.1 Todos os instrumentos e atos oriundos da presente licitação são complementares entre si para todos os efeitos legais, inclusive para fins de apurar as responsabilidades das partes;
- 9.1.2 Após homologação do resultado do certame o Município firmará a ATA DE REGISTRO DE PREÇO, que terá vigência a partir de sua assinatura, após a devida publicação do extrato pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos previstos em lei, se for o caso.
- 9.2 Considerando o uso do Sistema de Registro de Preços e a previsão de aquisições parceladas do objeto, a Nota de Empenho ou instrumento similar terá força de contrato, quando da aquisição dos materiais, conforme prevê o Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

## **10 DA RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU DO TERMO CONTRATUAL**

- 10.1 Inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais;
- 10.2 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94.
- 10.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

## **11 DA ADJUDICAÇÃO E FORMA DE CONTRATAÇÃO**



- 11.1 Não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame aos licitantes vencedores que ofertarem o MENOR PREÇO. Na existência de recurso e sendo estes decididos, a autoridade competente fará a adjudicação.
- 11.2 A homologação da licitante(s) é de responsabilidade da autoridade competente como ato de controle final e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao(s) proponente(s) vencedor (es), seja de parte do pregoeiro ou da própria autoridade em grau do reexame do recurso.
- 11.3 Para o fornecimento dos materiais fica facultada a Secretaria requisitante firmar contrato ou substituí-lo por NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA, ORDEM DE FORNECIMENTO ou outro instrumento similar na forma do Art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 11.3.1 No atendimento das solicitações os detentores de preços registrados observarão desde logo, todas as condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na Ata de Registro Geral, ou ainda, instrumentos substituíveis de acordo com a definição legal.
- 11.3.2 Quando da necessidade de contratação, deverá a secretaria requisitante adotar as medidas administrativas junto ao SRP para identificar os preços registrados, quantitativos previstos e licitantes detentores dos preços, conforme extrato parcial devidamente publicado.
- 11.4 Após a liberação do pedido, o servidor responsável convocará o detentor de preço, através de contrato, Ordem de Compra/Fornecimento devidamente acompanhada da Nota de Empenho ou instrumento similar na forma do Art. 62 da Lei nº 8.666/93, para efetuar o fornecimento dos materiais solicitados.

## **12 DO PAGAMENTO**

- 12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



- 12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF OU CAFOR.

### 13 DA ESTIMATIVA DO PREÇO

- 13.1 Após pesquisa do preço de mercado, efetuada pelo setor responsável do Município de Floriano-PI, a especificação dos produtos e o valor total dos itens para futura contratação é o estimado logo abaixo:

#### LOTE I - ADESIVOS (AMPLA CONCORRÊNCIA)

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	3.06.02.000064	ADESIVO BOTON TAMANHO 5,5 CM REDONDO	UNID	2025	R\$ 5,14	R\$ 10.403,44
2	3.06.02.000106	ADESIVO COMPLETO PARA PAREDE 1,70X2,40	UNID	3	R\$ 276,67	R\$ 830,00
3	3.06.02.000070	ADESIVO EM VINIL 15X20 CM COLORIDO	UNID	1537	R\$ 1,85	R\$ 2.843,45
4	3.06.02.000095	ADESIVO EM VINIL 30X30 CM COLORIDO	UNID	60	R\$ 5,42	R\$ 325,00
5	3.06.02.000051	ADESIVO FORMATO LEITOSO 0,60 X 1,20M	UNID	338	R\$ 43,33	R\$ 14.646,67
6	3.06.02.000096	ADESIVO FORMATO LEITOSO 10X 10 CM	UNID	45	R\$ 0,65	R\$ 29,25
7	3.06.02.000107	ADESIVO IMPRESSO LOGO 1,00MX1,00M	UNID	22	R\$ 43,33	R\$ 953,33
8	3.06.02.000052	ADESIVO LEITOSO FORMATO 1,20 X 2,00M	UNID	408	R\$ 0,65	R\$ 265,20
9	3.06.02.000053	ADESIVO LEITOSO FORMATO 2,00 X 3,00M	UNID	408	R\$ 66,67	R\$ 27.200,00
10	3.06.02.000093	ADESIVO PARA CANOPLA MICROFONE 5cm DE ALTURA x 5,5cm DE LARGURA E 5,5cm DE PROFUNDIDADE	UNID	7	R\$ 156,67	R\$ 1.096,67
11	3.06.02.000104	ADESIVO PEQUENOS DE PAREDE 1,70X2,90	UNID	22	R\$ 350,00	R\$ 7.700,00



12	3.06.02.000102	ADESIVO PERSONALIZADO-STAN 0,98 CM X 0,26CM	UNID	15	R\$ 19,10	R\$ 286,50
13	3.06.02.000105	ADESIVOS GRANDES DE PAREDE 0,69X0,60	UNID	15	R\$ 48,94	R\$ 734,15

R\$ 67.313,65

**LOTE II - ADESIVOS (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
14	3.06.02.000064	ADESIVO BOTON TAMANHO 5,5 CM REDONDO	UNID	675	R\$ 5,14	R\$ 3.467,81
15	3.06.02.000106	ADESIVO COMPLETO PARA PAREDE 1,70X2,40	UNID	2	R\$ 276,67	R\$ 553,33
16	3.06.02.000070	ADESIVO EM VINIL 15X20 CM COLORIDO	UNID	513	R\$ 1,85	R\$ 949,05
17	3.06.02.000095	ADESIVO EM VINIL 30X30 CM COLORIDO	UNID	20	R\$ 5,42	R\$ 108,33
18	3.06.02.000051	ADESIVO FORMATO LEITOSO 0,60 X 1,20M	UNID	113	R\$ 43,33	R\$ 4.896,67
19	3.06.02.000096	ADESIVO FORMATO LEITOSO 10X 10 CM	UNID	15	R\$ 0,65	R\$ 9,75
20	3.06.02.000107	ADESIVO IMPRESSO LOGO 1,00MX1,00M	UNID	8	R\$ 43,33	R\$ 346,67
21	3.06.02.000052	ADESIVO LEITOSO FORMATO 1,20 X 2,00M	UNID	137	R\$ 0,65	R\$ 89,05
22	3.06.02.000053	ADESIVO LEITOSO FORMATO 2,00 X 3,00M	UNID	137	R\$ 66,67	R\$ 9.133,33
23	3.06.02.000093	ADESIVO PARA CANOPLA MICROFONE 5cm DE ALTURA x 5,5cm DE LARGURA E 5,5cm DE PROFUNDIDADE	UNID	3	R\$ 156,67	R\$ 470,00
24	3.06.02.000104	ADESIVO PEQUENOS DE PAREDE 1,70X2,90	UNID	8	R\$ 350,00	R\$ 2.800,00
25	3.06.02.000102	ADESIVO PERSONALIZADO-STAN 0,98 CM X 0,26CM	UNID	5	R\$ 19,10	R\$ 95,50
26	3.06.02.000105	ADESIVOS GRANDES DE PAREDE 0,69X0,60	UNID	5	R\$ 48,94	R\$ 244,72

R\$ 23.164,21

**LOTE III - BANNER (AMPLA CONCORRÊNCIA)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
27	3.06.02.000094	BACKDROP IMPRESSÃO EM LONA FOSCA ANTIREFLEXO ALTA RESOLUÇÃO 3x2 M	UNID	1	R\$ 881,33	R\$ 881,33
28	3.06.02.000054	BANNER, FORMATO 0,60 X 1,80M, IMPRESSÃO EM LONA	UNID	293	R\$ 85,80	R\$ 25.139,40
29	3.06.02.000110	BANNER, FORMATO 0,80 CM x 1,00 M, IMPRESSÃO EM LONA	UNID	4	R\$ 64,67	R\$ 258,67
30	3.06.02.000055	BANNER, FORMATO 1,50 X 2,00 M, IMPRESSÃO EM LONA	UNID	290	R\$ 238,33	R\$ 69.116,67
31	3.06.02.000056	BANNER, FORMATO 4,00 X1,50 M, IMPRESSÃO EM LONA.	UNID	297	R\$ 476,67	R\$ 141.570,00

R\$ 236.966,07





**LOTE IV - BANNER (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
32	3.06.02.000094	BACKDROP IMPRESSÃO EM LONA FOSCA ANTIREFLEXO ALTA RESOLUÇÃO 3x2 M	UNID	1	R\$ 881,33	R\$ 881,33
33	3.06.02.000054	BANNER, FORMATO 0,60 X 1,80M, IMPRESSÃO EM LONA	UNID	98	R\$ 85,80	R\$ 8.408,40
34	3.06.02.000110	BANNER, FORMATO 0,80 CM x 1,00 M, IMPRESSÃO EM LONA	UNID	2	R\$ 64,67	R\$ 129,33
35	3.06.02.000055	BANNER, FORMATO 1,50 X 2,00 M , IMPRESSÃO EM LONA	UNID	97	R\$ 238,33	R\$ 23.118,33
36	3.06.02.000056	BANNER, FORMATO 4,00 X1,50 M, IMPRESSÃO EM LONA.	UNID	100	R\$ 476,67	R\$ 47.666,67

R\$ **80.204,07**

**LOTE V - BLOCO E AFINS (AMPLA CONCORRÊNCIA)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
37	3.06.02.000100	BLOCO 20X15 CM , 2 VIAS, CARBONADO( PICOTE E NUMERAÇÃO OPCIONAL) 50 FOLHAS, PARA NOTAS DE AUDITORIA	UNID	3	R\$ 69,50	R\$ 208,49
38	3.06.02.000042	BLOCO (AUTO DE INFRAÇÃO) 15 X 21CM 50X3 PAPEL COPIATIVO	UNID	757	R\$ 31,60	R\$ 23.921,20
39	3.06.02.000066	BLOCO DE SOLICITAÇÃO FORMATO 9 UMA COR	UNID	45	R\$ 15,86	R\$ 713,85
40	3.06.02.000075	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINA CAPA 15X21CM, 4X4 CORES TINTA ESCALA E, COUCHÊ LISO	UNID	975	R\$ 9,00	R\$ 8.775,00
41	3.06.02.000076	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINO CAPA 15X21CM, 4X4 CORES TINTA ESCALA E, COUCHÊ LISO	UNID	975	R\$ 9,00	R\$ 8.775,00
42	3.06.02.000109	CARTAZES IMPRESSO EM PAPEL COCHE FORMATO 31 X 46CM	UNID	1500	R\$ 3,97	R\$ 5.950,00
43	3.06.02.000058	CARTAZES IMPRESSO EM PAPEL COCHE FORMATO 46 X 46CM	UNID	1815	R\$ 5,78	R\$ 10.496,75
44	3.06.02.000063	CARTILHAS FORMATO 9 (CAPA EM PAPEL OFF SET 150G COLORIDO MIOLO EM PAPEL OFF SET 66G PRETO E BRANCO)	UNID	825	R\$ 14,16	R\$ 11.682,00
45	3.06.02.000065	CERTIFICADO 21 X 29. 7CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM SULFITE 240G	UNID	825	R\$ 4,70	R\$ 3.877,50
46	3.06.02.000081	CERTIFICADOS EM PAPEL TEXTURA BRANCO; FORMATO A4; COLORIDO; FRENTE VERSO	UNID	1140	R\$ 5,16	R\$ 5.878,60



47	3.06.02.000103	CONVITE COLORIDO- PAPEL COUCHÊ 300G FRENTE 15X20 CM	UNID	225	R\$ 5,94	R\$ 1.336,50
48	3.06.02.000059	CRACHÁ FUNCIONAL EM PV 6 X9 CM, QUATRO CORES	UNID	275	R\$ 29,33	R\$ 8.066,67
49	3.06.02.000108	GUIA TURISTICO	UNID	375	R\$ 2,92	R\$ 1.096,25
50	3.06.02.000084	RECEITUÁRIO AMARELO TIPO A BLOCO COM 50 FOLHAS PAPEL SUPERBOND 75G; 25X9CM	UNID	750	R\$ 11,84	R\$ 8.882,50
51	3.06.02.000085	RECEITUÁRIO AZUL B1 BLOCO COM 50 FOLHAS; PAPEL SUPERBOND 75G; 25X9CM	UNID	750	R\$ 7,21	R\$ 5.407,50
52	3.06.02.000086	RECEITUÁRIO AZUL B2 BLOCO COM 50 FOLHAS PAPEL SUPERBOND 75G 25X9CM	UNID	750	R\$ 8,51	R\$ 6.382,50
53	3.06.02.000087	RECEITUÁRIO AZUL B BLOCO COM 50 FOLHAS PAPEL SURPERBOND 75G; 25X9CM	UNID	750	R\$ 6,59	R\$ 4.940,00
54	3.06.02.000088	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL PAPEL AUTOCOPIATIVO, 50 FOLHAS SENDO 25 RECEITAS C/2 VIAS CADA. TAM: 15X21CM	UNID	750	R\$ 13,14	R\$ 9.852,50
55	3.06.02.000078	FICHAS RASS PAPEL OFF-SET, 20X30CM IMPRESSÃO 1X0	UNID	787	R\$ 2,53	R\$ 1.988,49
56	3.06.02.000062	FLYER 15 X21CM, APRESENTAÇÃO: EM PAPEL COUCHE BRILHO 150 GR OU SUPERIOR	UNID	1125	R\$ 4,63	R\$ 5.212,50
57	3.06.02.000079	FOLDER COLORIDO COM DUAS DOBRAS ; 21X30CM	UNID	2400	R\$ 2,57	R\$ 6.160,00
58	3.06.02.000067	FOLDER FORMATO 9,22 X 26 CM	UNID	1050	R\$ 1,07	R\$ 1.120,00
59	3.06.02.000091	FOLHA PARA OUTDOOR 9 x 3 M IMPRESSÃO DIGITAL	UNID	22	R\$ 747,33	R\$ 16.441,33
60	3.06.02.000080	FORMULÁRIO BPA INDIVIDUALIZADO; TAMANHO A4; IMPRESSÃO COLORIDA; BLOCO C50 FOLHAS	UNID	375	R\$ 7,53	R\$ 2.823,75
61	3.06.02.000089	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO COLO DO ÚTERO; TAMANHO A4; NUMERADO; IMP. COLORIDA; BLOCO C/50 FOLHAS	UNID	750	R\$ 13,44	R\$ 10.082,50
62	3.06.02.000090	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA; TAMANHO A4; NUMERADO IMPRESSÃO COLORIDA; BLOCO COM 50 FLOHAS	UNID	750	R\$ 17,11	R\$ 12.835,00
63	3.06.02.000082	PAFLETO COLORIDO 15X20CM	UNID	4387	R\$ 1,21	R\$ 5.317,04
64	3.06.02.000083	PANFLETO COLORIDO 21X30CM	UNID	4837	R\$ 1,87	R\$ 9.029,07
65	3.06.02.000043	PANFLETOS COUCHÊ, BRILHO 90G DIMENSÕES : 14CM x 20CM FRENTE E VERSO	UNID	788	R\$ 1,63	R\$ 1.287,07
66	3.06.02.000060	PASTA PERSONALIZADA EM PAPEL COCUHE 200G, 4X4	UNID	1125	R\$ 5,61	R\$ 6.311,25



67	3.06.02.000069	ALVARÁ DE LICENÇA EM PAEL COUCHE 170G, FOSCO 21X29, 7X4X1, IMPRESSÃO OFF SET COLORIDO, COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO. (CONFORME MODELO ANEXO)	UNID	2400	R\$ 3,22	R\$ 7.728,00
68	3.06.02.000071	APOSTILAS CAPACITAÇÃO; TAM A4 ; IMPRESSÃO COLORIDA ENCADERNADAS	UNID	975	R\$ 24,33	R\$ 23.725,00

R\$ 236.303,80

**LOTE VI - BLOCO E AFINS (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
69	3.06.02.000100	BLOCO 20X15 CM , 2 VIAS, CARBONADO( PICOTE E NUMERAÇÃO OPCIONAL) 50 FOLHAS, PARA NOTAS DE AUDITORIA	UNID	2	R\$ 69,50	R\$ 138,99
70	3.06.02.000042	BLOCO (AUTO DE INFRAÇÃO) 15 X 21CM 50X3 PAPEL COPIATIVO	UNID	253	R\$ 31,60	R\$ 7.994,80
71	3.06.02.000066	BLOCO DE SOLICITAÇÃO FORMATO 9 UMA COR	UNID	15	R\$ 15,86	R\$ 237,95
72	3.06.02.000075	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINA CAPA 15X21CM, 4X4 CORES TINTA ESCALA E, COUCHÊ LISO	UNID	325	R\$ 9,00	R\$ 2.925,00
73	3.06.02.000076	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINO CAPA 15X21CM, 4X4 CORES TINTA ESCALA E, COUCHÊ LISO	UNID	325	R\$ 9,00	R\$ 2.925,00
74	3.06.02.000109	CARTAZES IMPRESSO EM PAPEL COCHE FORMATO 31 X 46CM	UNID	500	R\$ 3,97	R\$ 1.983,33
75	3.06.02.000058	CARTAZES IMPRESSO EM PAPEL COCHE FORMATO 46 X 46CM	UNID	606	R\$ 5,78	R\$ 3.504,70
76	3.06.02.000063	CARTILHAS FORMATO 9 (CAPA EM PAPEL OFF SET 150G COLORIDO MIOLO EM PAPEL OFF SET 66G PRETO E BRANCO)	UNID	275	R\$ 14,16	R\$ 3.894,00
77	3.06.02.000065	CERTIFICADO 21 X 29. 7CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM SULFITE 240G	UNID	275	R\$ 4,70	R\$ 1.292,50
78	3.06.02.000081	CERTIFICADOS EM PAPEL TEXTURA BRANCO; FORMATO A4; COLORIDO; FRENTE VERSO	UNID	380	R\$ 5,16	R\$ 1.959,53
79	3.06.02.000103	CONVITE COLORIDO- PAPEL COUCHÊ 300G FRENTE 15X20 CM	UNID	75	R\$ 5,94	R\$ 445,50
80	3.06.02.000059	CRACHÁ FUNCIONAL EM PV 6 X9 CM, QUATRO CORES	UNID	92	R\$ 29,33	R\$ 2.698,67
81	3.06.02.000108	GUIA TURISTICO	UNID	125	R\$ 2,92	R\$ 365,42
82	3.06.02.000084	RECEITUÁRIO AMARELO TIPO A BLOCO COM 50 FOLHAS PAPEL SUPERBOND 75G; 25X9CM	UNID	250	R\$ 11,84	R\$ 2.960,83



83	3.06.02.000085	RECEITUÁRIO AZUL B1 BLOCO COM 50 FOLHAS; PAPEL SUPERBOND 75G; 25X9CM	UNID	250	R\$ 7,21	R\$ 1.802,50
84	3.06.02.000086	RECEITUÁRIO AZUL B2 BLOCO COM 50 FOLHAS PAPEL SUPERBOND 75G 25X9CM	UNID	250	R\$ 8,51	R\$ 2.127,50
85	3.06.02.000087	RECEITUÁRIO AZUL B BLOCO COM 50 FOLHAS PAPEL SURPERBOND 75G; 25X9CM	UNID	250	R\$ 6,59	R\$ 1.646,67
86	3.06.02.000088	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL PAPEL AUTOCOPIATIVO, 50 FOLHAS SENDO 25 RECEITAS C/2 VIAS CADA. TAM: 15X21CM	UNID	250	R\$ 13,14	R\$ 3.284,17
87	3.06.02.000078	FICHAS RASS PAPEL OFF-SET, 20X30CM IMPRESSÃO 1X0	UNID	263	R\$ 2,53	R\$ 664,51
88	3.06.02.000062	FLYER 15 X21CM, APRESENTAÇÃO: EM PAPEL COUCHE BRILHO 150 GR OU SUPERIOR	UNID	376	R\$ 4,63	R\$ 1.742,13
89	3.06.02.000079	FOLDER COLORIDO COM DUAS DOBRAS ; 21X30CM	UNID	800	R\$ 2,57	R\$ 2.053,33
90	3.06.02.000067	FOLDER FORMATO 9,22 X 26 CM	UNID	350	R\$ 1,07	R\$ 373,33
91	3.06.02.000091	FOLHA PARA OUTDOOR 9 x 3 M IMPRESSÃO DIGITAL	UNID	8	R\$ 747,33	R\$ 5.978,67
92	3.06.02.000080	FORMULÁRIO BPA INDIVIDUALIZADO; TAMANHO A4; IMPRESSÃO COLORIDA; BLOCO C50 FOLHAS	UNID	125	R\$ 7,53	R\$ 941,25
93	3.06.02.000089	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO COLO DO ÚTERO; TAMANHO A4; NUMERADO; IMP. COLORIDA; BLOCO C/50 FOLHAS	UNID	250	R\$ 13,44	R\$ 3.360,83
94	3.06.02.000090	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA; TAMANHO A4; NUMERADO IMPRESSÃO COLORIDA; BLOCO COM 50 FLOHAS	UNID	250	R\$ 17,11	R\$ 4.278,33
95	3.06.02.000082	PAFLETO COLORIDO 15X20CM	UNID	1463	R\$ 1,21	R\$ 1.773,16
96	3.06.02.000083	PANFLETO COLORIDO 21X30CM	UNID	1613	R\$ 1,87	R\$ 3.010,93
97	3.06.02.000043	PANFLETOS COUCHÊ, BRILHO 90G DIMENSÕES : 14CM x 20CM FRENTE E VERSO	UNID	263	R\$ 1,63	R\$ 429,57
98	3.06.02.000060	PASTA PERSONALIZADA EM PAPEL COUCHE 200G, 4X4	UNID	376	R\$ 5,61	R\$ 2.109,36
99	3.06.02.000069	ALVARÁ DE LICENÇA EM PAEL COUCHE 170G, FOSCO 21X29, 7X4X1, IMPRESSÃO OFF SET COLORIDO, COM LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO. (CONFORME MODELO ANEXO)	UNID	800	R\$ 3,22	R\$ 2.576,00
100	3.06.02.000071	APOSTILAS CAPACITAÇÃO; TAM A4 ; IMPRESSÃO COLORIDA ENCADERNADAS	UNID	325	R\$ 24,33	R\$ 7.908,33

R\$ 79.386,81



**LOTE VII - PLACAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
101	3.06.02.000044	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DUPLA FACE EM INOX MED. 20CM	UNID	310	R\$ 41,00	R\$ 12.710,00
102	3.06.02.000046	PLACA DE INOX INAUGURAL COM GRAVAÇÃO A LAZER INTERNA 60x40	UNID	22	R\$ 1.250,00	R\$ 27.500,00
103	3.06.02.000048	PLACA DE RUA EM ACM COM BASE	UNID	60	R\$ 340,00	R\$ 20.400,00
104	3.06.02.000049	PLACA DE RUA EM ACM SEM BASE	UNID	22	R\$ 118,33	R\$ 2.603,33
105	3.06.02.000050	PLACA DE SINALIZAÇÃO EXT. EM CHAPA 14 MED. 2x1 C/ TUBOS SUSTENTABILIDADE.	UNID	7	R\$ 570,00	R\$ 3.990,00

**R\$ 67.203,33**

**LOTE VIII - PLACAS (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
106	3.06.02.000044	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DUPLA FACE EM INOX MED. 20CM	UNID	104	R\$ 41,00	R\$ 4.264,00
107	3.06.02.000046	PLACA DE INOX INAUGURAL COM GRAVAÇÃO A LAZER INTERNA 60x40	UNID	8	R\$ 1.250,00	R\$ 10.000,00
108	3.06.02.000048	PLACA DE RUA EM ACM COM BASE	UNID	10	R\$ 340,00	R\$ 3.400,00
109	3.06.02.000049	PLACA DE RUA EM ACM SEM BASE	UNID	8	R\$ 118,33	R\$ 946,67
110	3.06.02.000050	PLACA DE SINALIZAÇÃO EXT. EM CHAPA 14 MED. 2x1 C/ TUBOS SUSTENTABILIDADE.	UNID	3	R\$ 570,00	R\$ 1.710,00

**R\$ 20.320,67**

**LOTE IX - ARTIGOS DE PREMIAÇÕES E AFINS (AMPLA CONCORRÊNCIA)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
111	3.06.02.000057	BOLSA PERSONALIZADA EM MATERIAL RECICLAVÉL 35CM X 35CM, COM ALÇA	UNID	532	R\$ 63,13	R\$ 33.585,16
112	3.01.10.000027	CONFECÇÃO DE CHAVEIROS PERSONALIZADOS EM ACRÍLICO PARA LEMBRANCINHAS MEDINDO 5CM X 3CM	UNID	900	R\$ 7,83	R\$ 7.050,00
113	3.06.02.000038	CONFECÇÃO DE TROFEU EM ACRÍLICO MEDINDO 25CM DE ALTURA	UNID	120	R\$ 75,00	R\$ 9.000,00
114	3.01.10.000029	MEDALHAS DUPLA FACE, EM CHAPA DE LATÃO GRAVADO, MEDINDO 5CM DE DIÂMETRO, COM FITA E SEM ESTOJO	UNID	375	R\$ 171,67	R\$ 64.375,00



R\$ 114.010,16

**LOTE X - ARTIGOS DE PREMIAÇÕES E AFINS (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
115	3.06.02.000057	BOLSA PERSONALIZADA EM MATERIAL RECICLAVÉL 35CM X 35CM, COM ALÇA	UNID	188	R\$ 63,13	R\$ 11.868,44
116	3.01.10.000027	CONFECÇÃO DE CHAVEIROS PERSONALIZADOS EM ACRÍLICO PARA LEMBRANCINHAS MEDINDO 5CM X 3CM	UNID	300	R\$ 7,83	R\$ 2.350,00
117	3.06.02.000038	CONFECÇÃO DE TROFEU EM ACRÍLICO MEDINDO 25CM DE ALTURA	UNID	40	R\$ 75,00	R\$ 3.000,00
118	3.01.10.000029	MEDALHAS DUPLA FACE, EM CHAPA DE LATÃO GRAVADO, MEDINDO 5CM DE DIÂMETRO, COM FITA E SEM ESTOJO	UNID	125	R\$ 171,67	R\$ 21.458,33

R\$ 38.676,77

**LOTE XI - FAIXAS (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
119	3.06.02.000061	FAIXA 3,00 X 0,70 EM LONA	UNID	74	R\$ 165,00	R\$ 12.210,00
120	3.06.02.000099	FAIXA 3,00 X 1,00 (LXA) EM LONA	UNID	3	R\$ 236,67	R\$ 710,00

R\$ 12.920,00

**LOTE XII - PAPELARIA PARA DIVULGAÇÃO (MPE'S)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
121	3.01.10.000028	LAMB LAMB DE 01 FOLHA EM IMAGEM DIGITAL MED. 1,12M X 0,73CM	UNID	100	R\$ 23,47	R\$ 2.346,67
122	3.06.02.000097	OUTDOOR IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA RESOLUÇÃO 9X3 M	UNID	10	R\$ 1.265,67	R\$ 12.656,67
123	3.06.02.000101	TESTEIRA PERSONALIZADA PARA STAND 0,98X0,26	UNID	20	R\$ 63,27	R\$ 1.265,33

R\$ 16.268,67

**VALOR TOTAL: R\$ 992.738,21**

**OBS.: O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO DECORRE DE ESTIMATIVA DE CONSUMO, MOTIVO PELO QUAL A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A CONTRATAÇÃO INTEGRAL DO OBJETO.**

Lei 8.666/93, Artigo 15:

*“§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles*



*poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.”*

13.2 O valor total estimado para a futura contratação dos fornecimentos será de R\$ 992.738,21 (novecentos e noventa e dois mil setecentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos), que constitui uma estimativa, cabendo ao licitante, segundo metodologia própria, avaliar os custos para o fornecimento dos materiais.

13.3 O quantitativo dos materiais e o valor estimado da contratação são originários de uma estimativa de consumo, todavia, considerando o fornecimento parcelado dos materiais e aquisição mediante as necessidades da administração, a existência de preços registrados, não obriga o município a adquirir a totalidade dos materiais registrados.

13.4 No preço apresentado na proposta já estar incluso as despesas necessárias ao fornecimento dos materiais nos locais e prazos indicados, quando for o caso.

13.5 A quantidade de materiais solicitados na Autorização de Fornecimento será definida pela Secretaria requisitante, não havendo necessidade de quantidade mínima por pedido, como condição, para o fornecimento dos produtos solicitados.

**13.6 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO TITULAR DA EMPRESA OU POR QUEM TENHA RECONHECIDAMENTE PODERES PARA ESSE FIM, ATESTANDO QUE OS PRODUTOS APRESENTADOS NA SUA PROPOSTA SERÃO ENTREGUES A CONTRATANTE NOS PRAZOS , LOCAIS E CONDIÇÕES FIXADOS NO EDITAL.**



## ANEXO II-MINUTA DO CONTRATO

### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA

.....

O Município de Floriano/PI, por intermédio do....., com sede no(a) ..... na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ..... neste ato representado(a) pelo(a) ....., nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de .... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) do CPF nº....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 012/2020, Decreto Municipal nº 041/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão *para Sistema de Registro de Preços* nº ...../20, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../ e encerramento em ...../...../.....

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.2. A execução dos serviços será iniciada \_\_\_\_\_, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.2.1. O prazo de execução deste contrato é de ..... , contados a partir do marco supra referido.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$...... ( . )

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais





incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Fonte:

Projeto/atividade:

Elemento de Despesa:

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

**6.1.** As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### **6. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **7. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**7.1.** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **8. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **9. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**9.1.** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO**

**10.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**10.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII



do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

11.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**12.3.** Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto Municipal nº 041/2022.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas aplicáveis.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

15.1. É eleito o Foro da ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



Floriano/PI, ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA



## ANEXO III-MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

O Município de Floriano/PI, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a) ....., nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº , RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 012/2020, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )				
lote	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				
2				
3				
...				

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.4 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 041/2022.



1.5 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

1.6 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

1.7 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

1.8 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **VALIDADE DA ATA**

1.9 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., podendo ser prorrogada, nos termos do artigo ....., do Decreto Municipal nº 041/2022.

## **REVISÃO E CANCELAMENTO**

1.10 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

1.11 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

1.12 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

1.13 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

1.14 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

1.14.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

1.14.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

1.15 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

1.16 O registro do fornecedor será cancelado quando:

1.16.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

1.16.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



1.16.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

1.16.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

1.16.5 A pedido, desde que justificado e aceito pela Administração.

1.17 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 1.16.1, 1.16.2 e 1.16.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

1.18 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

1.18.1 por razão de interesse público; ou

## **DAS PENALIDADES**

1.19 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

1.20 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 041/2022), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo primeiro do Decreto Municipal nº 041/2022).

1.21 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20, inciso I a IV do Decreto Municipal nº 041/2022, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **CONDIÇÕES GERAIS**

1.22 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

1.23 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto Municipal nº 041/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes para que produza seus efeitos legais.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)